



Bacha: FMI poderia administrar diretamente as dívidas desses países.

Uma das recomendações que o grupo dos 24 países subdesenvolvidos deverá fazer à direção do Fundo Monetário Internacional (FMI) é a de que compre as dívidas nacionais com os bancos privados, aproveitando o deságio com que elas estão sendo oferecidas no mercado internacional, e passe a administrá-las diretamente.

Segundo o economista Edmar Bacha, um dos pais do Cruzado e integrante do comitê de assessoramento do grupo, essa sugestão tem semelhanças com a corporação criada pelos bancos japoneses para comprar as dívidas dos países que lhes tomaram empréstimos e, assim, semear suas finanças.

Bacha admite que essa é uma das soluções para a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, sem afetar profundamente o sistema financeiro internacional. Os bancos credores privados sofreriam uma perda substancial, mas sem o risco de "quebrar". O único obstáculo previsto pelo economista é a necessidade de mudanças na legislação fiscal e bancária dos EUA, permitindo essa operação, uma vez que lá, por lei, há limites rigorosos sobre os valores que podem ser lançados como prejuízo nas contas financeiras das instituições.

Uma outra solução, que já está sendo discutida a nível político pelo grupo, implica numa mudança de critérios do Fundo. Ou seja, que seus financiamentos estejam vinculados ao processo de crescimento real dos países emprestadores e não à obrigatoriedade de formação de reservas internas para saldar, após três anos, os empréstimos que ele forneceu.

É uma alternativa de difícil aceitação, reconhece Bacha. Principalmente porque encontraria a resistência da equipe econômica do FMI. Mas ele lembra que a moratória internacional, a partir do segundo semestre de 1985 e, em especial, o Plano Baker, apontam nessa direção. "Então, por que não fazer essa mudança de fato?", pergunta.

A terceira, segundo ele, é mesmo uma revisão do sistema financeiro internacional, o que acabará sendo precipitada pela atitude brasileira de cancelar pagamentos dos juros da dívida de médio e longo prazo. "Preferia que não tivesse sido o Brasil", confessou ontem, a um público acadêmico, durante um seminário promovido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Faculdade de Economia e Administração da USP.

Para o economista, atribuir à Constituinte a fuga de capitais estrangeiros e a inexistência de novos investimentos externos é apenas uma opinião conservadora: "Com os títulos da dívida brasileira sendo ofertados por 60% do seu valor, no mercado de segunda mão, em Nova York, a, entre outras, racionalidade capitalista avalia que cada dólar que introduzir legalmente no país, ao atravessar as fronteiras burocráticas do Banco Central, estará valendo 40 centavos — ou 40% — menos."

Ou seja, com essa forte desvalorização do capital, ele entende que não há nenhuma atração para os investidores internacionais e nem para a permanência de muitos que já estavam aqui.

Sobre o dilema pirandelliano do governo, de estar à procura de autores para o seu plano econômico, Bacha é cético. Ele garante que não foi convidado ou ouvido. Os outros — Pêrsio Arida e Lara Resende — pelo que sabe, também não, embora não possa falar por eles. Mas ele lembra que há muitos projetos e idéias aplicáveis ao País. O que falta, adverte, "é a capacidade do governo em executar e administrar um programa econômico. E o cruzado é um bom exemplo disso".

Bacha também entende que essa ansiedade do governo, em busca de autores para seu plano ou planos para seu autor preferido é decorrente muito mais de "uma demanda pública" interna do que externa: "A sociedade está pedindo para ele explicitar o que vai fazer e como vai fazer". Para o economista, tanto a intensificação das reivindicações trabalhistas como a pressão empresarial por preços "são decorrentes dessa mesma incerteza".

Com uma economia embicada para baixo por políticas fiscais, monetárias e de preços recessivas, Bacha acredita que só um programa corretamente administrado reduziria a turbulência. E até agradaria os credores, embora considere que a proposta brasileira de capitalizar os juros por quatro anos não tire o País do "embrulho", já que coloca mais dívida sobre a dívida. "E a juros de 8% ao ano ninguém agüentará, por ser maior que a taxa de crescimento", adverte.

CBB Moracy R. de Oliveira